

A economia solidária como uma estratégia de transformação econômica e social e promoção do bem viver | Edson Leonardo Pilati

No último dia 14 de setembro, o presidente Lula recebeu as propostas do movimento de economia solidária, em atividade organizada por cooperativas populares e empreendimentos solidários não cooperativados no Armazém do Campo, em São Paulo. Para uma melhor compreensão sobre o movimento de economia solidária, resgatei aqui sua carta de princípios e a importância desse movimento para o desenvolvimento do Brasil.

“A Economia Solidária é a expressão do resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza”. Isto é, a economia solidária coloca-se como uma “estratégia de radicalização da democracia econômica” como uma luta e resistência para a transformação/transição pela via da ampla participação na construção do poder democrático e popular.

A construção do programa

Em recentes diálogos na elaboração do “programa de reconstrução e transformação do Brasil”, em espaços “construídos” (às vezes a fórceps) no lugar político (interno do PT e na grande frente democrática), enquanto setorial do PT de Economia Solidária e do NAPP de Economia Solidária da Fundação Perseu Abramo, incidimos para a realização dos Seminários Nacionais “Resistência, Travessia e Esperança” e aprovamos a realização de um Seminário (próprio) da Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Econômico e Social.

Os participantes do seminário, além de debaterem a economia solidária, homenagearam o saudoso professor Paul Singer – e foram categóricos ao afirmar que “as políticas públicas para implementação e expansão da Economia Solidária no Brasil deverão integrar a estratégia central para que o próximo governo contribua para reverter os altos índices de desocupação e gerar trabalho e renda nas comunidades”

O representante da Fundação Perseu Abramo, Guilherme Mello, destacou o fato de a Economia Solidária se conectar diretamente ao plano de reconstrução do Brasil criado pelo Partido dos Trabalhadores.

“A economia brasileira está numa situação de altíssimo desemprego com mais de 12 milhões de pessoas desocupadas. E a economia atual está se mostrando incapaz de gerar esses postos de trabalho. A economia solidária pode ser importante na recuperação do “emprego” e da renda dessas pessoas”, explicou.

Na construção do programa, aprofundamos o diálogo para a necessária transversalização entre as múltiplas interrelações no intuito que não se repita a ideia de uma caixinha (ou ‘outro’ segmento organizado da sociedade) a ser “atendido” pela “política institucional”. Este “entendimento”, de “atendimento” fere de morte - a construção da economia solidária como uma estratégia de transformação econômica, cultural, social e política da sociedade”, é o que propõe o Movimento da Economia Solidária e da autogestão, ainda sob forte disputa na própria composição da frente democrática que compomos.

Em síntese, pretende-se “contribuir” para a sustentação política ao projeto popular e à própria governabilidade, enquanto um movimento social popular e econômico, que agrega e sincroniza uma gama diversa de outros movimentos e de ações transformadoras, à consolidação de um projeto estratégico, a partir do aprofundamento da democracia econômica e da participação popular (em e nos amplos) setores organizados da classe trabalhadora.

A sustentação política do projeto (em constante transformação) tem em (sua gênese) e se sustenta na “premissa” da organização popular, com base na construção das condições objetivas à efetivação das reformas e dos avanços organizativos e legais necessários à mudança de rumos da nossa sociedade excludente e que possa reverter a atual correlação de forças desfavorável.

Na experiência de governo popular do PT na presidência da República, ao “focar nas políticas públicas e no papel do estado como indutor de crescimento” e, ao “possibilitar oportunidades neste ambiente”, com acesso ao consumo e promoção e o combate à fome e viabilizar (o churrasquinho da

semana), se mostraram acertadas, porém, insuficientes, o que vimos foi a consolidação de uma “visão ideológica em curso”.

Estas políticas fortemente alicerçadas pela ideia forçam (hegemônica) da cultura individualista, da visão do empreendedorismo competitivo que busca a partir de ações individuais e da acumulação de bens, riquezas e de poder de consumo, o sucesso das suas ações empreendedoras. Esta visão, não rompeu com o paradigma liberal e se mostrou um equívoco para o que se considera uma “mudança estruturante” de “democratização econômica” e de consolidação de um controle social sobre estas políticas de governo.

Participação popular e radicalização da democracia

A melhoria do acesso aos bens de consumo não fortaleceu uma cultura da participação popular e de exercício pleno da cidadania e não estabeleceu as bases para uma percepção de que estas conquistas foram resultado da organização coletiva da classe e da eleição de um projeto popular.

Percebe-se que a ausência da cultura da luta social e de preservação de conquistas deu-se em função da ausência de mecanismos de controle e participação popular, em espaços diversos, locais (territoriais) e da organização e valorização das organizações diversas das comunidades originárias (e valorização das culturas ancestrais) além de ausência de um “empoderamento” dos setores e segmentos (e movimentos sociais de luta) das populações oprimidas pela cultura patriarcal misógina, branca/racista, da violência e o preconceito contra a comunidade LGBTQIAP+, pelo cerceamento moral do fundamentalismo religioso hipócrita e de profunda subjugação ao “benesses” do consumo.

A organização (legislações locais/municipais, estaduais e nacional) de conselhos, bem como a realização de conferências e plenárias não criaram mecanismos eficazes de aprofundamento da democratização do estado. O diagnóstico é de ausência de ações proativas “estratégicas participativas” dialógicas, é uma lição para valorizar o “promover” o fortalecimento das muitas e múltiplas (diversas) lutas (com e pelo) respeito às culturas e reconhecimento histórico da dívida com populações expropriadas dos direitos humanos

fundamentais, por ações objetivas de reparação e ações claras de construção de uma cultura de tolerância.

Chega-se, portanto, a conclusão de que não se pode permitir um descolamento da participação popular ao modelo de gestão e governança do estado. A consciência da necessidade de reconhecimento e de “supressão e superação da opressão e dos preconceitos, com o exercício do convívio de diferentes” (culturas - credos e modos de vida) fez parte das muitas ausências que devemos superar, de forma clara, programática, real, com base em ações objetivas, onde o papel do estado esteja de “mãos dadas” com o fortalecimento da participação popular.

Viu-se, entretanto, que ao promover a cultura consumista – em aspectos puramente econômicos, sob os auspícios da cultura hegemônica neoliberal, ou seja, orientados pela ideia de que “o meu crescimento foi resultado do meu esforço individual e que garantiu o meu sucesso”, não consolidou uma legitimidade e reconhecimento ao projeto de transformação, e não encontrou “eco” nas mentes e corações da população.

A produção e a sustentabilidade

É necessário que se fale da “matriz e da inexorável mudança dos paradigmas produtivos”. O mundo vive uma encruzilhada histórica de “aquecimento e destruição planetária” que coloca imperativa a mudança estrutural da nossa matriz mental da humanidade e a criação de uma nova cultura civilizatória, que urge como “processo” de mudança e da preservação da sobrevivência.

Para esta abordagem, começamos pelo: “O agronegócio é petrodependente”. Ou seja, a agricultura passa por uma crise relacionada a altos custos de insumos derivados do petróleo, aliado a isso, percebe-se tendências para uma alimentação mais saudável e para proteção do meio ambiente.

A sustentabilidade, portanto, aparece como um meio de congregar esses dois anseios, pois pretende utilizar métodos mais naturais na agricultura para além da produção de commodities do agronegócio e fortalecer uma produção de

alimentos saudáveis pela agricultura não convencional e promover e garantir a Segurança e Soberania Alimentar Popular.

O necessário “equilíbrio da balança comercial” mantém e submete a nação a uma manutenção de rota-reta ao precipício, o nosso projeto de transformação e de construção da esperança, não pode prescindir do forte investimento em uma nova rota de transição e conversão da matriz primário exportadora para uma “agregação de valor” beneficiamento e transformação, potentes investimentos públicos em (C&T) no desenvolvimento moderno que liberte a agricultura familiar desta macro/dependência das grandes corporações privadas de investimento de capital, estes investimentos (“políticas de reindustrialização”) precisam estar voltados aos processos locais e as cadeias e redes alimentares/energéticas solidárias que são a base do abastecimento alimentar em múltiplos territórios pelo Brasil continental e voltadas para as redes de cooperação comerciais pela América Latina e pelo mundo.

Neste interim, a economia solidária deverá ser orientadora das produções (tecnológicas e do conhecimento) – para uma mudança de paradigmas na produção de programas/equipamentos técnicas e bens para a produção de alimentos – além da produção industrial e energética limpa e sustentável, que ainda estão sob a égide da acumulação capitalista e da “matriz (tecnológica convencional)”.

A obsolescência programada e a “cultura de consumo” tem sido os sustentáculos/ mecanismos de submissão, verdadeiros entraves da necessária mudança da matriz produtiva. Sem deixar de citar a brutal flexibilização e regressividade de direitos (de ultra exploração da mão de obra) servindo como sustentáculo de um “modo de fazer” e de conduzir os processos de organização do trabalho e da produção.

Liga-se, portanto, necessária a construção do conhecimento (Ciência & Tecnologia), ao mundo real – (vida e cotidiano) (os milagres e as predições, em suas relações com as novas leis que decorrem da observação dos fenômenos empiristas) “sem instrumentalismos” poderão (potencialmente) ser uma base à promoção da igualdade e da construção de uma sociedade do bem viver.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento: plano estratégico

A economia solidária deverá ser uma construção estratégica “transversal” de consolidação de um plano popular que esteja integrado ao plano de desenvolvimento e crescimento econômico e social, que traz as experiências territoriais, de coletivos, grupos e de movimentos sociais organizados em todas as regiões do Brasil. Deverá ser baseada em práticas auto gestionárias na produção agroecológica, na organização e produção da agricultura urbana, nas organizações do trabalho feminino e feminista, nas lutas antirracistas e na organização do trabalho locais em comunidades tradicionais, na educação e na comunicação popular, na luta pela terra e defesa das águas e da floresta, na organização do trabalho autogestionário na geração “perene de renda” nos serviços urbanos, na organização popular de moradia de interesse social com o planejamento participativo popular da pólis, organização da produção de arte, cultura, comunicação coletiva, dentre outros. Promovendo uma democracia econômica.

Mas, o que é a Democracia econômica? Uma filosofia de distribuição do poder de governança dos recursos e do capital entre os interessados que participam dos processos produtivos.

A autogestão e eficácia do gerenciamento dos processos produtivos

A Economia Solidária apresenta outra cultura do “fazer (produzir e gerenciar) que ainda busca o registro para a exigida qualidade pelo mercado, é alternativo a escola clássica. A autogestão aplicada a produção mostra-se eficiente e com resultados de alta produtividade e garantia da qualidade dos produtos.

O modelo da organização do trabalho que tem como princípio mitigar os impactos da concentração de poder, tanto decisório quanto financeiro.

Refere-se a técnicas gerenciais participativas que permite o aproveitamento do potencial, das habilidades e do conhecimento e da criatividade dos trabalhadores.

Valoriza o saber acumulado dos trabalhadores e do grupo com vistas a melhoria dos processos. Ele se expande ao aprender a aprender, a criticar o

aprendido e a se abrir para novas criações, em um processo pedagógico no qual todos/as são atores e atrizes e efetivamente participantes.

A sustentabilidade e promoção do bem viver

O princípio da Economia Solidária é promover o uso sustentável de recursos para seus atuais usuários e para as gerações futuras, possibilitando maior acesso dos envolvidos às benesses do usufruto de bens disponíveis ao público com base na preservação natural dos ecossistemas.

É na propriedade coletiva dos meios de produção, como meio distributivo que se promove a riqueza nacional de forma descentralizada e eleva, assim, as condições de vida da classe trabalhadora.

“A novidade, a força e o diferencial da economia solidária gravita na ideia da solidariedade em oposição à competição e ao individualismo. Promover a democracia econômica só é possível com a cultura da Autogestão, estes processos organizacionais e gerenciais (produtivos) são um aprofundamento necessários à administração moderna e são controversos.

No entanto, a autogestão não antagoniza à automação flexível e, aliada a valorização do “trabalho”, exige uma “nova ação formativa” voltada ao “conhecimento integral”, ou seja, que rompa com a divisão social e cultural do trabalho que o modelo hegemônico está sustentado, a partir do “dualismo formativo”, e supere a visão dicotômica nos processos formativos, entre conhecimento científico e senso comum, ciência e cultura, educação e trabalho, teoria e prática influenciando e qualificando a gestão e os gerenciamentos organizacionais e produtivos nos processos econômicos dos empreendimentos.

É imperativo que a Economia Solidária dialogue transversalmente como um novo paradigma e seja considerado na orientação e na elaboração e organização curricular, no ensino formal e tecnológico, a partir da construção de uma cultura empreendedora da cidadania, não mais pela compartimentalização do conhecimento, mas, sim, pela filosofia sistêmica e de interrelacionalidade das ciências, bem como pela interdisciplinaridade, que surge como resposta para superação do olhar fragmentado presente nos processos de produção e de socialização do conhecimento.

Marco legal

Por fim, reforça-se imperiosamente a necessidade de construção (aprovação) de um Marco Legal da Autogestão e da Economia Solidária, que está na base da disputa pela hegemonia - disputa de projetos de sociedade que incidem sobre a ordem jurídica e a ordem econômica.

“Por ser, mais do que inédita, contra hegemônica, ela não contava com arranjos institucionais apropriados para sua implementação (como o MEI que garante benefícios tributários, fiscais, dispensa de licitação e uma rede de apoio via Sebrae) não tendo a economia solidária nenhum benefício institucional garantido e nem marco jurídico para as suas formas coletivas de organização, e nem mesmo com o necessário reconhecimento de seu potencial como política pública e como atividade econômica” *

*Documento do Programa Economia Solidária apresentado no Seminário Resistência, Travessia e Esperança realizado pelas Bancadas do PT na Câmara, Senado, Fundação Perseu Abramo, Instituto Lula e PT Nacional

Esta “construção”, na arena do parlamento, (um ambiente hostil e desfavorável) é um exercício que exigirá uma capacidade de mobilização e pressão dos movimentos e das organizações sociais, políticas e culturais da sociedade, exigirá força e unidade a partir dos diálogos e convergências para a construção e a disputa de uma consciência coletiva.

Este avanço da aprovação de um marco regulatório é o que poderá permitir a integração dos programas e das ações da governança de uma política de estado. (nos ministérios –nos territórios em macrorregiões – em municípios e nos estados da federação, e outros espaços de identidade e expressão das manifestações culturais) para o Fomento da Economia Solidária como uma política de estado a partir da consolidação de um Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes).

PS: Agradeço a todos militantes da Economia Solidária que são a “excelência do que existe de mais moderno e inovador na construção destes modos

organizacionais”, “resilientes” em função de todas as adversidades e (muitas vezes) de falta de compreensão, conseguem dialogar e construir uma nova cultura de fazer solidário de forma criativa humana e fraterna.

“Economia Solidária – é uma nova economia que acontece”

Edson Leonardo Pilati é historiador com MBA em Autogestão e Economia Solidária. É Coordenador da Unisol Brasil/Paraná. Integra o NAPP Economia Solidária da Fundação Perseu Abramo e Conselheiro Titular do Conselho Estadual da Economia Solidária do Estado do Paraná.